

TRIBUTO A LUIZ MARTINS DE SOUZA DANTAS¹

(Rio de Janeiro, Brasil, 1876; Paris, França, 1954)



Luiz Martins de Souza Dantas, embaixador brasileiro homenageado com o título de Justo entre as Nações pelo Yad Vashem, em Israel, em 10 de dezembro de 2003. Disponível em: <<https://www.yadvashem.org/righteous/stories/dantas.html>>. Acesso em: 13 out. 2019.

1 Pesquisa e texto de autoria de Maria Luiza Tucci Carneiro, coordenadora do projeto *Vozes do Holocausto* junto ao LEER. S. Paulo, 14 de outubro de 2019. Arqshoah/leer-USP.

Biografia de um embaixador

Luiz Martins de Souza Dantas nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 17 de fevereiro de 1876, filho de Manuel Pinto de Souza Dantas Filho e de Maria Luisa Martins de Souza Dantas. Seu avô paterno, Manuel Pinto de Souza Dantas, exerceu importantes cargos políticos no Império, tendo sido deputado de 1857 a 1868, conselheiro de Estado a partir de 1879 e presidente do Conselho de Ministros no biênio 1884-1885. Chefe parlamentar do abolicionismo, foi também autor do projeto que serviu de base para a Lei Saraiva-Cotegipe, que, promulgada em 1885, determinou a emancipação dos escravos sexagenários. Seu pai ocupou, entre outros, o cargo de presidente das províncias do Paraná, de 1879 a 1880, e do Pará, de 1881 a 1882, tornando-se diretor-geral do Tesouro Nacional de 1882 a 1890.

Após a proclamação da República, ingressou na carreira diplomática, exercendo as funções de cônsul do Brasil em Genebra, Lisboa e Antuérpia. Seu tio, Rodolfo Epifânio de Souza Dantas, foi deputado a partir de 1878 e ministro do Império em 1882 no gabinete de Martinho de Campos. Em 1891, já na República, fundou, junto com Joaquim Nabuco, o *Jornal do Brasil*. Seu primo, Marcos de Souza Dantas, foi presidente do Conselho Nacional do Café em 1932, presidente do Banco do Brasil no biênio 1953-1954 e diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito de 1958 a 1960.

Luís Martins de Souza Dantas bacharelou-se em Ciências e Letras no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, formando-se em direito pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, em 1896.

Em janeiro de 1897 começou sua carreira diplomática como adido na Legação brasileira em Berna, na Suíça. Promovido a segundo secretário, foi enviado, em março de 1900, a S. Petersburgo, na Rússia, sendo transferido dois anos mais tarde para Roma, onde permaneceu até julho de 1908. Nesse ano, foi promovido a primeiro secretário e transferido em outubro para Buenos Aires, onde exerceu a função de encarregado de negócios. Em junho de 1912 foi elevado a ministro residente, por merecimento. Regressou ao Rio de Janeiro em maio de 1916 para exercer o cargo de subsecretário

de Estado, assumindo, no mês seguinte, a chefia interina do Ministério das Relações Exteriores em virtude da visita do titular da pasta, Lauro Müller, aos Estados Unidos.

Em setembro de 1917, às vésperas da declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha, Souza Dantas foi enviado novamente para Roma, onde fez amizade com vários escritores e artistas, entre os quais o poeta Gabriele D'Annunzio. Transferido em junho de 1919 para Bruxelas, foi promovido a embaixador, retornando a Roma no final do ano. Nesse posto, instalou a sede da missão brasileira no histórico palácio Doria-Pamphilj e inaugurou a Câmara de Comércio Ítalo-Brasileira.

Em dezembro de 1922, assumiu a chefia da embaixada brasileira em Paris, e em outubro do ano seguinte viajou a Genebra para representar o Brasil na Conferência de Imigração e no Conselho Executivo da Liga das Nações, missão que lhe foi novamente confiada em 1924 e 1926. Durante sua longa permanência como embaixador na França, presidiu diversas manifestações culturais e artísticas, particularmente após 1931, quando se tornou decano do corpo diplomático, sendo considerado o embaixador há mais tempo em atividade na capital francesa. Tornou-se uma referência para aqueles que pretendiam seguir a carreira diplomática.

Promovido a embaixador, foi transferido para Bruxelas, onde permaneceu por alguns meses. Entre dezembro de 1922 e maio de 1940 permaneceu como embaixador brasileiro na França, sendo preso pelos alemães ao resistir à invasão da embaixada brasileira em Vichy. Internado com outros diplomatas em Bad Godesberg, na Alemanha, foi libertado em 1944 graças às gestões realizadas pelo então primeiro-ministro de Portugal, Antonio de Oliveira Salazar.

De volta ao Rio de Janeiro, foi recebido com grandes homenagens e, pouco depois, aposentou-se do serviço público. Em 1944, regressou a Paris, logo após a libertação da cidade, onde fixou residência. Faleceu em 17 de abril de 1954. Foi casado com Elise Meyer de Souza Dantas. Publicou em Paris um pequeno trabalho sobre relações culturais entre França e os países latino-americanos: *Les nations américaines et M. Gabriel Hanotaux*. (BRANDI, FGV/CPDOC, vol. 2, p. 1048-1049)

Contrariando as Circulares Secretas

Luiz Martins de Souza Dantas foi um dos raros diplomatas brasileiros a salvar judeus durante a Segunda Guerra Mundial, infringindo as normas impostas pelas Circulares Secretas a partir de 1937. Outros diplomatas podem ser arrolados, alguns inclusive – entre os quais o próprio Souza Dantas – citados pela primeira vez no livro *O anti-semitismo na Era Vargas*, cuja edição de lançamento é de 1988. Até esta data, a história de Souza Dantas e seu envolvimento com os judeus refugiados em Paris era desconhecida. Mesmo porque o acesso aos documentos diplomáticos considerados secretos sob a guarda do Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) estavam proibidos aos pesquisadores. Com uma autorização especial da diretora deste acervo, consegui consultar cerca de 3.400 documentos, entre os quais aqueles que faziam referência às Circulares Secretas e aos judeus interessados em obter vistos para o Brasil.^A

Após vários meses de pesquisa, constatei que a maioria dos diplomatas brasileiros expressou repúdio aos judeus que, na Europa, corriam o risco de serem assassinados nos campos de extermínio mantidos pela Alemanha nazista e países colaboracionistas.^B Raros tiveram a coragem de protestar contra o teor das Circulares Secretas emitidas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil a partir de 7 de junho de 1937.^C No entanto, a postura de um único embaixador fugia às regras: Luiz Martins de Souza Dantas (1876-1954). Outros nomes surgiram, inicialmente sem comprovação: Carlos Martins Pereira, embaixador do Brasil em Washington, Orlando Arruda, secretário da Legação brasileira em Varsóvia,

A- Grande parte destes documentos está disponível na base de dados do Arqshoah/Leer-USP, digitalizados a partir dos originais pesquisados por mim no Arquivo Histórico do Itamaraty, com a respectiva marca d'água autenticando a reprodução disponibilizada aos pesquisadores. Ver: www.arqshoah.com > arquivo.

B- Uma série de diplomatas de vários países envolveram-se diretamente com o regaste de judeus, colocando em risco sua carreira. Dentre estes foram arrolados pelo Yad Vashem os seguintes nomes: Raoul Wallenberg, Per Anger, Aristides de Souza Mendes, Feng Shan Ho, Carl (Charles) Luiz, Giorgio Perlasca, Jan Zwartendijk e Chiune (Sempo) Sugihara. Este último, cônsul japonês na Lituânia, foi tema de *Visas and Virtue*, premiado com o Oscar na categoria de melhor documentário (1988). Além destes podemos citar Friedrich Born, Selahattin Ulkumen, Angel Saens-Briz, Georg Ferdinand Duckwitz, Monsignor Angelo Rotta, Carl Ivan Danielson, Aracy de Carvalho Guimarães Rosa, Waldemar Langlet, Jose Santaella e Lars Berg. Cf. *Visa for Life. Diplomats Who Rescued Jews*. Catálogo da exposição produzida por The Israel Ministry of Foreign Affairs and Yad Vashem. The Holocaust Martyrs and Heroes Remembrance Authority, s.d. *Folha de S.Paulo*, 15 nov. 1992, p. 6-5.

C- Regras antisemitas adotadas pelo governo brasileiro (1937-1949): a primeira Ordem Permanente de Serviço nº 26 de teor antisemita emitida pelo Itamaraty data de 25 de maio de 1937, antecipando o teor da Circular Secreta nº 1.127, assinada pelo ministro Mario de Pimentel Brandão. Configurou-se, a partir desta data, a adoção de uma política imigratória antisemita restritiva aos judeus, referendada por Oswaldo Aranha, chanceler entre 1937-1944. Circulares Secretas no governo Vargas: 1.127, 1.249, 1.293, 1.296, 1.281, 1.323, 1.352, 1.328, 1.461, 1.485, 1.488, 1.489, 1.499, 1.522, 1.529, 1.540, 1.657, 1.548, 1.657 e 1.944. Circulares Secretas no governo Dutra: 375 e 589; Instrução nº 117/511; Resolução nº 161. (CARNEIRO, *O veneno da serpente*, 2003, p. 119-122)

Murillo Martins de Souza, cônsul-geral do Brasil em Marselha, e Aracy Moebius de Carvalho, funcionária do consulado-geral de Hamburgo, com a conivência do cônsul e escritor brasileiro João Guimarães Rosa.^A

Ignorando as determinações impostas pelo Itamaraty, Souza Dantas procurou driblar as proibições antisemitas impostas pelo órgão concedendo “vistos camuflados”. Auxiliado por alguns assessores de confiança – cujos nomes dificilmente conseguiremos apurar – o embaixador facilitou a liberação de centenas de vistos emitidos em caráter permanente, temporário, em trânsito ou diplomático. O historiador Fábio Koifman contabilizou 473 vistos, relação publicada em seu livro *Quixote nas trevas: O embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*.

Uma série de artimanhas foram empregadas por estes “missionários da diplomacia” de forma a “encobrir” o “J” vermelho, marca estigmatizante que ora acompanhava os passaportes dos judeus alemães e se apresentava como cicatriz no espírito daqueles que, por serem judeus, haviam perdido os direitos de cidadania e, quando não, o direito à vida. Uma série de cuidados deveriam ser tomados no ato do preenchimento dos papéis diplomáticos para evitar a desconfiança por parte dos fiscais da imigração no Brasil que, nos portos de desembarque, tinham como missão identificar os “indesejáveis” (por raça ou por ideias políticas). Se flagrados, os “indesejáveis” poderiam ser impedidos de desembarcar, ato que alterava totalmente seu destino. Os trâmites para a liberação de um desembarque, nos casos de ilegalidade envolvendo passageiros judeus, expressam que o antisemitismo circulava pelos meandros burocráticos do Estado presidido por Getúlio Vargas (1933-1945).

A- Vale aqui ressaltar o envolvimento de Aracy de Carvalho, que em 1937 trabalhava na seção de passaportes daquela missão diplomática, cargo que lhe facilitou ajudar aqueles que, desesperados, buscavam auxílio. Segundo depoimento dado à *Folha de S. Paulo* em novembro de 1992, Aracy os transportava em seu carro que, por levar chapa diplomática, facilitava o acesso à fronteira, onde eles eram clandestinamente embarcados em um vapor. A maioria eram judeus residentes em Hamburgo e que, através de Aracy, conseguiam que o visto fosse assinado por Guimarães Rosa. Quando o Brasil rompeu com a Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, Guimarães Rosa e Aracy de Carvalho foram internados em Baden Baden sob a vigilância dos nazistas. Posteriormente, levados para Portugal, foram trocados por diplomatas alemães que estavam servindo no Brasil. Ver: *Coleção Vozes do Holocausto*, 2018, v. 4, p. 283-318.

COPIA.

Consulado dos Estados Unidos do Brasil
em Budapest.

Budapest, 12 de Agosto de 1938.

Nº 100.

SEGRETO.

Circular-secreta nº 1127.
Recusa de vistos a indivíduos
de origem semita.



Senhor Ministro,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que este Consulado, de acordo com as instruções constantes da Circular-secreta dessa Secretaria de Estado, nº 1127, de 7 de Junho de 1937, recusou, no mez de Julho findo, o visto de entrada no Brasil aos indivíduos indicados na relação abaixo todos declaradamente de origem semita:

- 1) - Gróf Pál, húngaro, solteiro, com 24 annos de idade, mechanico, residente em Budapest, Mester u. 37.;
- 2) - Kröll Sándor, húngaro, solteiro, com 41 annos de idade, architecto, residente em Budapest, XIV., Thököly út 95. I/30.;
- 3) - Ungar Lajos, húngaro, casado, com 36 annos de idade, commerciante, residente em Budapest, V., Teréz körut 2.;
- 4) - Szekeres György, húngaro, casado, com 27 annos de idade, engenheiro chimico, residente em Simontornya.;

A Sua Excellencia o Senhor Oswaldo Aranha,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

K.P.

Ofício Secreto do cônsul-geral do Brasil, Mário Moreira da Silva, a Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, comunicando que “tem a honra” de recusar vistos aos judeus em cumprimento da Circular Secreta nº 1.127. Budapeste, 12 de agosto de 1938. Acervo: AHI/RJ; Arqshoah/Leer-USP. [Grifo nosso]. Disponível em: <<https://www.arqshoah.com/index.php/arquivo/600-arq-592-circular-secreta-n-1127-recusa-de-vistos-a-individuos-de-origem-semita-07-1938>>. Acesso em: 13 out. 2019.

Uma autorização de desembarque dependia, muitas vezes, de múltiplos pareceres: submetida à avaliação do chefe da Polícia Política/DOPS (encarregado de supervisionar a mobilidade e as atividades político-sociais da comunidade judaica em território nacional), passava pelo crivo de vários ministros (das Relações Exteriores, da Justiça e Negócios Interiores, do Trabalho) culminando com a devida anuência do presidente da República, no caso, Getúlio Vargas.

Quaisquer rasuras na documentação deveriam ser evitadas, da mesma forma como os prazos deveriam ser minuciosamente calculados, prevendo-se o tempo de duração da viagem, tarefa difícil se contabilizadas as dificuldades impostas pela guerra na Europa. Imprevistos eram considerados de antemão, caso um passageiro portasse um visto “caduco”, ou seja, que tivesse expirado antes do desembarque no país de destino. Uma das soluções possíveis usadas pelos diplomatas era de deixar em branco o espaço destinado à data de emissão do visto, que seria preenchida pelo portador algumas horas antes do desembarque. Enfim, riscos menores se comparados com o destino daqueles que já haviam sido enviados para os campos de concentração e/ou extermínio. Movidos por este espírito humanitário, alguns poucos diplomatas ignoraram as regras impostas pelas Circulares Secretas. Movidos por sua sensibilidade de homens públicos – e não pelos interesses que ajustavam as negociações políticas – estes diplomatas atribuíam vistos aos judeus – muitos dos quais apátridas – na categoria de católicos, turistas, artistas em trânsito, empresários em viagem de negócios e até mesmo como diplomatas.

Até hoje consideramos impossível a definição do número de judeus salvos por estes diplomatas, da mesma forma como contamos com um total aproximado dos judeus que ingressaram no país. Temos sim, após 1938, os dados oficiais que se prestam para comprovar a prática restritiva imposta pelas Circulares Secretas. Agindo na clandestinidade e amparados por sua influência diplomática, esses poucos diplomatas camuflaram seus atos humanitários. Se descoberta, a “fraude” era apurada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e seus responsáveis julgados “pelas irregularidades verificadas na entrada

e permanência de estrangeiros em território nacional”.^A Assim, com base em denúncias contra o embaixador Luiz Martins de Souza Dantas, Getúlio Vargas submeteu à análise daquele departamento o segundo processo administrativo instaurado com tais fins: apurar irregularidades. Segundo processo? Sim, porque um primeiro, por carência de tempo, não havia permitido o total esclarecimento dos fatos.

Por ordem de Getúlio Vargas, o segundo inquérito foi concluído e relatado pelo DASP que, baseando-se no informe emitido por uma Comissão de Inquérito, ultimou o processo na forma do Estatuto dos Funcionários Públicos, opinando sobre as conclusões apresentadas. De acordo com o art. 254 do referido estatuto, os indiciados deveriam ser citados preliminarmente para que, no prazo legal, apresentassem sua defesa. Entre os indiciados estavam o embaixador Luiz Martins de Souza Dantas e outros dois cônsules brasileiros.^B

Dantas, o embaixador dos judeus

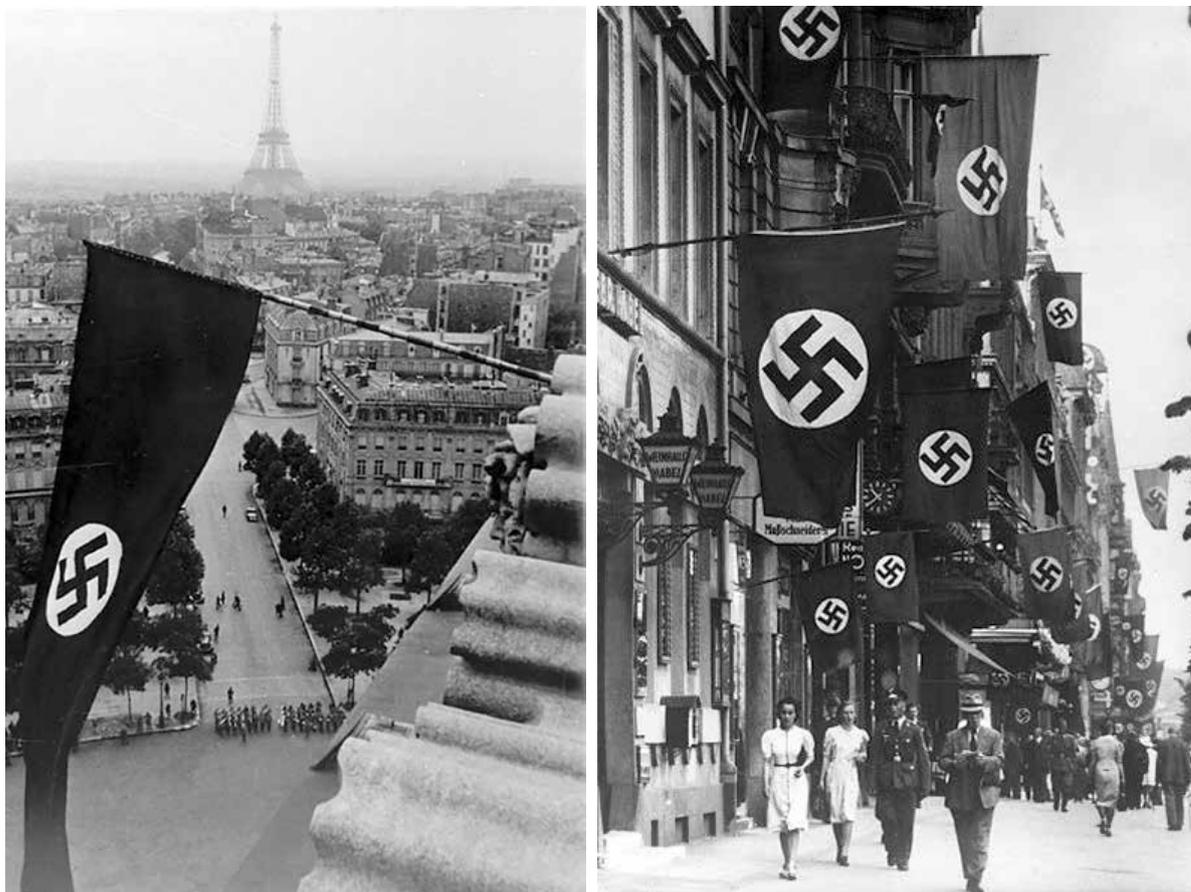
A postura filosemita de Luiz Martins de Souza Dantas encontra-se detalhadamente registrada nas páginas do processo administrativo instaurado pelo governo Vargas em 1942, que o afastou definitivamente da carreira diplomática. Apesar dos serviços prestados desde 1897, quando Dantas assumiu como adido à Legação brasileira em Berna (Suíça), o governo brasileiro não o poupou de ser sentenciado. Dantas, após ter se tornado ministro residente em Buenos Aires, em 1912, por merecimento, percorreu com mérito várias outras missões diplomática.^C Em dezembro de 1922, assumiu a chefia da embaixada brasileira em Paris, onde permaneceu

A- Resumo da ata da 126ª sessão do Conselho Deliberativo. Divisão do Departamento Administrativo do Serviço Público. Rio de Janeiro, 20 de março de 1941. Publicada no *Diário Oficial*, 1º de abril de 1941. Lata 1782, Maço 35758. Acervo: AHI/RJ.

B- Uma monografia de mestrado de autoria de Fábio Koifman, docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), fundamentada na documentação do Itamaraty, foi publicada pela Editora Record em 2001 com o título *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Ver também: CARNEIRO, *Cidadão do mundo*, 2010; ASA, *Judaísmo e progressismo*. Órgão Informativo e de Divulgação Cultural da Associação Scholem Aleichem de Cultura e Recreação. Rio de Janeiro, ano IX (n. 53), jul.-ago., 1998, p. 5.

C- Souza Dantas era um diplomata educado na velha escola do Império brasileiro, acostumado a circular entre a elite, onde recrutava seus servidores. Durante o período que foi embaixador em Roma, manteve o retrato autografado de Mussolini pendurado na parede da embaixada, de Vittorio Emmanuele, rei da Itália, de Santos Dumont, do ex-presidente francês Raymond Poincaré e do poeta italiano Gabriele D’Annunzio (que o chamava de “*ambaxatore delle grazie*” – embaixador das graças). Amigo de celebridades como Coco Chanel, Madeleine Carlier, Marie Bell e Arletty. Manteve como seu secretário o artista Cícero Dias, perseguido no Brasil como comunista.

até junho de 1940 quando, forçado pela invasão das tropas alemãs à França, transferiu-se para Vichy. Foi o primeiro embaixador a tomar essa decisão que, posteriormente, foi seguida por outros representantes estrangeiros. Apesar do controle, permitia que seus subordinados mantivessem contato com as autoridades alemãs em Paris, a fim de obter informações que repassava ao Itamaraty.



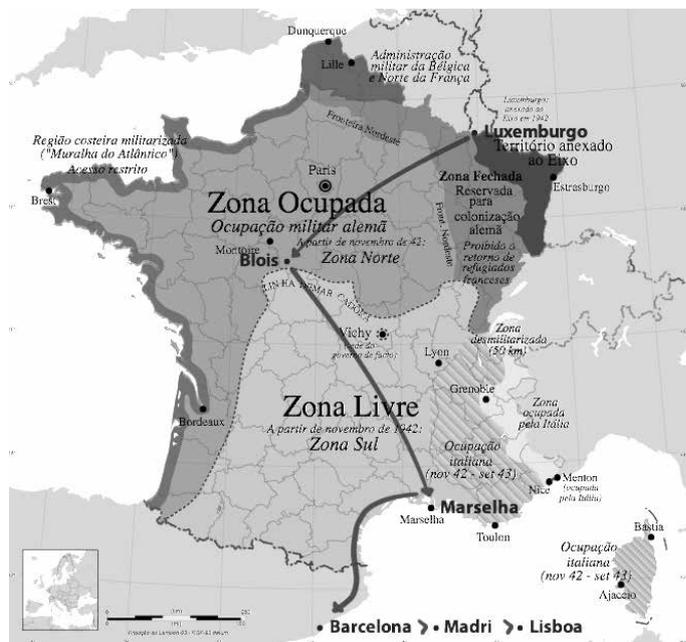
Imagens simbólicas da ocupação da França pela Alemanha nazista iniciada em 10 de maio de 1940 e que culminou com a capitulação de Paris em 14 de junho de 1940. Paris, s.d. Fotógrafo não identificado. Disponível em: <<https://i.pinimg.com/originals/1f/b0/ff/1fb0ff1dab7e48e36b09fc503d3cb359.jpg>>. Acesso em: 13 out. 2019.

Enquanto as forças nazistas avançavam, milhões de judeus radicados na França ou em trânsito, abandonavam suas residências com o objetivo de deixar o país, antes que suas cidades fossem ocupadas. Cerca de 10 milhões de pessoas viajaram em direção ao sul do país de carro, trem, bicicleta e até mesmo a pé. Em pouco tempo, as estradas estavam lotadas, impossibilitando

a passagem das tropas francesas que avançavam em direção ao norte. Paris foi abandonada e declarada “Cidade Aberta”, facilitando a entrada dos nazistas. A cidade permaneceu submetida à Alemanha nazista até dezembro de 1944. Como todos os demais países ocupados, a França sofreu pilhagem econômica, humana, territorial (anexação da Alsácia e Lorena) e cultural, efetivado com o roubo de obras de artes dos museus franceses. Os grupos de resistência franceses foram perseguidos e pouco antes de deixar Paris ocupada, Souza Dantas passou a emitir vistos diplomáticos para quem os pedisse sem exigir nada em troca. A maioria era de origem judaica, portando passaportes com o “J” vermelho ou com o Passaporte Nansen emitido pela Liga das Nações. Tal atitude configurou-se posteriormente como uma afronta ao governo Vargas que proibia a concessão de vistos aos judeus refugiados.^{A B}

A- Solteiro até os 57 anos, o embaixador Souza Dantas casou-se em 30 de setembro de 1933 com Elise Meyer Stern, viúva americana residente em Paris. Era irmã de Eugene Meyer, proprietário do jornal *The Washington Post*. Embora Elise fosse judia, a cerimônia seguiu o rito católico.

B- Testemunho de Ziembinski, ator e diretor polonês que recebeu visto por intermédio de Souza Dantas: “Nós, refugiados, estávamos submetidos aos maiores escárnios, às maiores torturas, os soldados franceses pegando ratos e enfiando no colo das mulheres, no peito, para espantar, coisa horrível. E, no meio disso, nós ficamos, até que, de repente, se ouve que existia um Dom Quixote que se chamava... meu Deus do céu, me escapa agora... o famoso embaixador Dantas, que disse o seguinte: ‘Abra as portas da embaixada que eu vou dar vistos diplomáticos’. E deu”.



Rota da família Moritz desde Luxemburgo até Lisboa, porto de partida para o Brasil. Vistos concedidos por Murillo Martins de Souza, cônsul-geral do Brasil em Marselha, por ordem de Souza Dantas em 27 de abril de 1941. Mapa produzido por Milena Issler a partir do Google Maps. História de Vida na *Coleção Vozes do Holocausto*, 2018, v. 4, p. 127-145.

Por volta de agosto de 1940, seguiram para Vichy todas as embaixadas estrangeiras e, por razões históricas, a chamada “Zona Livre”¹¹ transformou-se em um dos raros refúgios para aqueles que queriam escapar da Solução Final, ainda que por pouco tempo. Apesar do processo administrativo aberto pelo governo brasileiro que o sentenciou “culpado”, Dantas continuou interinamente à frente da embaixada, que foi invadida pelos alemães em maio de 1943.^A Em 12 de dezembro de 1940, Oswaldo Aranha expediu a Circular Secreta nº 1.498, pela qual era reiterada a proibição de concessão de vistos a judeus. Souza Dantas passou então a assinar os documentos com datas anteriores à da circular. Nem todos os que ele auxiliou se dirigiram ao Brasil.

Ações humanitárias de Souza Dantas

Durante o período em que esteve à frente da embaixada brasileira em Paris, e mais especificamente a partir de 1933, Dantas procurou ajudar o maior número possível de apátridas, refugiados políticos, judeus e não judeus, a fugir das perseguições antissemitas empreendidas pelos seguidores de Hitler. Seu empenho e sensibilidade para as causas humanitárias encontram-se registradas nos documentos que encaminhou ao Ministério das Relações Exteriores. No entanto, a memória coletiva se faz curta, omissa e viciosa, acobertada pela imagem de falsos heróis que continuam a ser erroneamente homenageados cristalizando mitos.

O governo brasileiro, ao tentar rastrear “provas” que atestassem o crime administrativo praticado por Souza

A- Em 22 de junho de 1940, o governo francês, presidido por François Lebrun, assinou o Armistício de Rethondes com os alemães, acordo que dividiu a França em duas: a zona ocupada pelos nazistas e a zona não ocupada, equivalente a dois quintos do país, governada pelos franceses e com a capital na cidade de Vichy, ao sul. Além disso, os franceses se comprometeram a entregar todos os judeus à Alemanha e a desmobilizar suas Forças Armadas. Estava formado o Governo de Vichy, atendendo aos interesses de Hitler. A Grã-Bretanha cortou relações diplomáticas com a França em 5 de julho do mesmo ano e, cinco dias depois, Lebrun autorizou o primeiro-ministro, marechal Philippe Pétain, a promulgar uma nova Constituição. No dia seguinte, Pétain assumiu o posto de chefe de Estado francês, consolidando a formação do governo-fantoches francês.

Dantas e outros diplomatas de carreira, deixou registrado sua postura antissemita. Entretanto, ao penalizar os diplomatas simpatizantes das causas humanitárias, as autoridades brasileiras não se deram conta de que assinavam a própria condenação. Um silêncio sepulcral sobre os atos humanitários de Souza Dantas persistiu até os anos de 1990, acobertado pelo ranço do *secretismo* que proibia o acesso à documentação diplomática produzida a partir da década de 1930 identificada pelos assuntos “imigração semita” ou “imigração judaica”.



O embaixador Souza Dantas, ao centro, conversando com o ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha (esq.) e Getúlio Vargas (dir.). Rio de Janeiro, s.d. Fotografia não identificado. BBC-News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45065825>>. Acesso em: 31 out. 2019.

Ao processarem o embaixador Souza Dantas por “irregularidades” no cumprimento das Circulares Secretas (antisemitas na sua essência) as autoridades brasileiras garantiram a preservação dos indícios relacionados com a questão judaica. Tais documentos provavam que, ao emitir vistos contrariando as Circulares Secretas, Souza Dantas havia salvo centenas

de judeus: documentos assinados no passado se prestaram para provar o “crime humanitário” de Souza Dantas. Analisando a montagem do processo administrativo é possível detectar a lógica do antissemitismo moderno que permeou, sem dúvida nenhuma, a mentalidade do grupo que servia ao presidente Vargas: Oswaldo Aranha, Eurico Gaspar Dutra, Francisco Campos, Gustavo Capanema, Filinto Müller, Vicente Rao, entre outros. As investigações nos arquivos diplomáticos retrocederam até 1932, concentrando-se no período entre 1939-1940, quando se intensificou a fuga de judeus alemães. Apavorados com o plano de extermínio arquitetado pelo Estado nazista, os refugiados apelavam por qualquer tipo de ajuda para conseguir um visto.

No decorrer do processo, funcionários orgânicos vasculharam os arquivos diplomáticos em busca de provas contra o embaixador Souza Dantas. Interessava reunir qualquer pedido de visto para semitas emitido pela embaixada brasileira de Paris. Uma verdadeira teia de relações de amizade pode ser detectada nestes registros que, avaliados décadas depois, tiram do anonimato outros carrascos antissemitas.² Os documentos que os burocratas interpretavam como *provas de erro administrativo* (“irregularidades”) para nós se apresentam como *provas de um gesto humanitário*, filosemita.

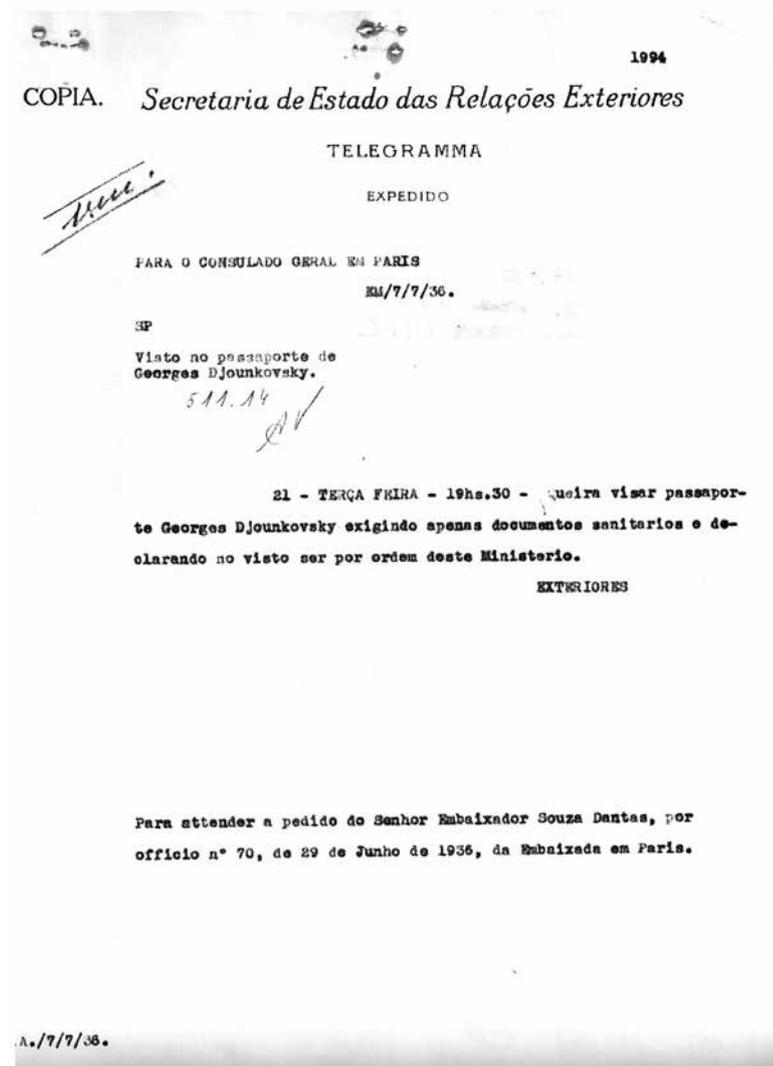
Uma série de pedidos de autorização de vistos encaminhados pelo consulado-geral em Paris (grifado no original) em 1936, chamou a atenção dos burocratas brasileiros encarregados de apurar tais irregularidades. O grande número de artistas com nomes judaicos salta à vista de qualquer leitor mais desavisado, que poderá perceber que havia uma conexão entre Nicholas Ladany, diretor artístico do Cassino da Urca, e o referido consulado. Junto a esta documentação um telegrama assinado por “*Exteriores*” liberava o visto para Georges Djoukovsky, via consulado-geral de Paris. Uma nota acrescenta: “*para atender a pedido do Senhor Embaixador Souza Dantas, por officio Nº 70, de 29 de junho de 1936, da Embaixada de Paris*”. Assim, a partir desta data, começamos a cruzar os pedidos de Dantas, que já se posicionava como “mentor” de uma série de estratégias

2 Lembramos aqui o debate produzido pelos estudos de Daniel Jonah Goldhagen publicados em *Os carrascos voluntários de Hitler. O povo alemão e o Holocausto*. Trad. Luiz Roizman. S. Paulo: Companhia das Letras, 1977; comentado na obra FINCHELSTEIN, Federico (Es.) *Los Alemanes, el Holocausto y la Culpa Colectiva: el Debate Goldhagen*. Buenos Aires: Editorial Universitaria Buenos Aires, 1999.

salvacionistas. Até então, o controle de entrada de judeus refugiados se fazia de forma assistemática.^A

O círculo político antisemita do governo brasileiro não tardou a pronunciar-se como contrário a iniciativas deste tipo. Em maio de 1937, a Ordem de Serviço nº 25 (antisemita), emitida pelo Ministério das Relações Exteriores, antecipava o

A- Documentos citados neste texto: *Nota Declaratória de Nicolau Fazani, do Cassino Balneário da Urca S/A para MRE*. Rio de Janeiro, 27 de junho de 1936; *Telegrama nº 13 do MRE para o Consulado Geral em Paris*. Rio de Janeiro, 11/IV/35; *Telegrama nº 11 do MRE para o Consulado Geral em Paris*. Rio de Janeiro, 25/III/35; *Telegrama nº 20 do MRE para Consulado Geral em Paris*. Rio de Janeiro, 28/IV/1835; *Telegrama nº 15 do MRE para o Consulado Geral em Paris*. Rio de Janeiro, 28/V/1936. Lata 477, Maço 74121. *Telegrama nº 21 do MRE para o Consulado Geral em Paris*. Rio de Janeiro, 7/VII/36. Lata 477, Maço 74121; *Ofício nº 223 de Souza Dantas, da Embaixada do Brasil para Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores*. Paris, 10 de novembro de 1938. Lata 1041, Maço 18225. Acervo: AHI/RJ; Arqshoah/Leer-USP.



Telegrama do Itamaraty atendendo ao pedido de Souza Dantas para visar o passaporte de Georges Djoukovsky, antes das Circulares Secretas. Paris, 7 de julho de 1936. Acervo: AHI/RJ; Arqshoah/Leer-USP. Disponível em: <<https://www.arqshoah.com/index.php/arquivo/286-arq-261-visto-no-passaporte-de-georges-djoukovsky>>.

Acesso em: 13 out. 2019.

teor da primeira Circular Secreta de nº 1.127, de 7 de junho de 1937. Em nome do ministro de Estado, Hildebrando Accioly, secretário-geral do MRE, alertava Arthur Leite de Barros Junior, da Segurança Pública do Estado de S. Paulo, para o perigo de ser liberado o visto no passaporte de Gleb Rossine, refugiado russo contratado para trabalhar na Société des Sucreries Brésiliennes.^A O referido pedido vinha do consulado-geral do Brasil em Paris. Accioly recorria a tal Ordem de Serviço expedida com o intuito de

impedir, quanto possível, a entrada no Brasil de imigrantes israelitas sem nacionalidade que, incluídos nas quotas de imigração dos países de onde procedem, burla, as disposições constitucionais a respeito, e a entrada, também de indivíduos apátridas que, tornando-se posteriormente indesejáveis, constituiriam, pela impossibilidade da sua expulsão, um problema para as autoridades brasileiras.^B

Através desta acusação – de que os imigrantes judeus apátridas estavam fazendo uso das quotas imigratórias destinadas às múltiplas nacionalidades – podemos compreender a razão da instituição imediata de Circulares Secretas. Por meio de uma ordem interna, barrava-se a entrada de judeus enquanto que, do “ponto de vista legal”, o governo brasileiro continuava a manter o sistema de quotas sem restrições. Ou seja, a lei era uma, e a prática (de bastidores) era outra, antissemita.

Dantas, que acompanhava de perto o drama vivenciado pelos judeus na Europa, saiu em defesa desse grupo e, principalmente, dos judeus brasileiros radicados ou em trânsito por Paris. Sua postura intelectual e diplomática não

A- A Circular Secreta nº 1.127 foi emitida em 7 de junho de 1937. Esta circular configurou a adoção de uma política imigratória restritiva aos judeus. Nesta época, Mario de Pimentel Brandão ocupava o cargo de ministro das Relações Exteriores. As intenções antissemitas constam no item C: “fica recusado visto no passaporte a toda pessoa de que se saiba, ou por declaração própria (folha de identidade), ou qualquer outro meio de informação seguro, que é de origem étnica semítica. *Ofício Confidencial-Urgente de Hildebrando Accioly, Secretario Geral interino do MRE para Arthur Leite de Barros Junior, Secretario da Segurança Pública do Estado de S. Paulo.* Rio de Janeiro, 11 de junho de 1937. Lata 602, Maço 9458. Acervo: AHI/RJ.

B- *Ordem de Serviço Nº 25. Visto em passaporte de apátrida.* Rio de Janeiro, 25 de maio de 1937. Anexo. Lata 602, Maço 9458. Acervo: AHI/RJ.

tardou a chamar a atenção dos círculos internacionais envolvidos com a causa humanitária. Em dezembro de 1937, E. Montarroyos, delegado do Brasil no Instituto Internacional de Cooperação Internacional, enviava a Mario de Pimentel Brandão, ministro das Relações Exteriores, cópia do discurso pronunciado por Souza Dantas, em 8 de julho último, na sessão inaugural do Congresso da Aliança Francesa na presença de Albert Lebrun, presidente da República. O sucesso alcançado foi tal que a Sociedade Positivista Internacional publicou-o em sua revista, além de reproduzi-lo em separata para divulgação.

A postura filosemita de Dantas vai, ao longo de 1938, tonando-se cada vez mais evidente. Procurado por amigos políticos em evidência (não nomeados em seu telegrama), Dantas solicita autorização do Ministério das Relações Exteriores para resolver vários casos isolados de israelitas interessados em receber o visto para o Brasil. Assume total responsabilidade sobre cada uma das decisões que seriam “bem estudadas e de acôrdo com as instruções do Chanceler Aranha”. Uma das recomendações favorecia um israelita austríaco de alta situação social interessado em fundar em Porto Alegre (RS) uma casa comercial, editora de obras estrangeiras traduzidas para o português. Outros pedidos nesta mesma direção foram encaminhados por Mario de S. Brisson, cônsul-geral do Brasil em Paris. A resposta de Carlos de Ouro Preto, em nome do ministro do Estado das Relações Exteriores, foi de que os pedidos não deveriam ser atendidos, por contrariarem as normas adotadas pelo Conselho de Imigração e Colonização.

Com o assassinato de Ernst vom Rath, secretário da embaixada alemã em Paris, por Herschel Grynszpan – filho de poloneses israelitas deportados, em 6 de novembro de 1938 – a situação vivenciada pelos judeus perseguidos pelos nacionais-socialistas tornou-se ainda mais delicada. Nesta época, Dantas alertou para o fato de que o julgamento do crime não poderia ser reivindicado pela Alemanha, nem justificaria um pedido de extradição, apesar da ficção do direito internacional que considera território estrangeiro a sede da embaixada.

Sempre que teve oportunidade, e principalmente após 1940, Dantas informou oficialmente ao chanceler Oswaldo Aranha a tragédia vivenciada pelos judeus na França ocupada pelos nazistas. Seus escritos assumem a forma de denúncia e alerta, simultaneamente. Em 17 de agosto de 1942, via telegrama, o embaixador brasileiro alertou o ministro das Relações Exteriores para o fato de que a “Gestapo” estava procedendo naquele país uma verdadeira

escravização e extermínio dos judeus. Segundo o embaixador, as famílias destes perseguidos estavam sendo

literalmente separadas: os maridos, de cabeça tosadas, são tangidos para trabalhar na Silésia; suas mulheres são internadas nos campos de concentração na Polônia; uns sem jamais poder saber dos outros, todos relegados a destinos ignorados; e os filhos, mesmo os de idade mais tenra, são violentamente arrancados às mães e confinados em asilos especiais, onde sucumbem os rebentos da raça maldita.³

DA EMBaixADA EM VICHY
EM/17/17/VIII/42.

NP/NO/102/940.(00)-640.16(99)
Perseguição aos judeus na
França ocupada. Pedido do
brasileiro Mendel Reicher.

SEGUNDA FEIRA - 20hs.00 - A "Gestapo"
vem procedendo, na França ocupada, à verdadeira escravização e
extermínio dos judeus. Suas famílias são literalmente separa-
das: os maridos, de cabeças tosadas, são tangidos para trabalhar
na Silésia; suas mulheres são internadas nos campos de concen-
tração na Polônia, uns sem jamais poder saber dos outros, todos
relegados a destinos ignorados; e os filhos, mesmo os de idade
mais tenra, são violentamente arrancados às mães e confinados
em asilos especiais, onde sucumbem os rebentos da raça maldita.
Dessas medidas estão excetuados os israelitas das nacionalidades
espanhola, suíça, portuguesa e norte-americana, porém, não os de
nacionalidade brasileira. Um natural de Sant'Ana do Livramento,
portador do passaporte nº 10.833, expedido pelo Consulado do Bra-
sil em Lião, em 24 de Abril, o brasileiro nato Mendel Reicher,
atualmente em Lisboa, à Avenida Elias Garcia, nº 177, escreve-me
que sua mulher Blima Reicher, por motivo racista, foi deportada
para a Polônia, nada mais sabendo de seu filho Theodoro, de 14
anos, nem de sua filha Tereza, de 4 anos. Essa família brasi-
leira vivia em Montceau-les Mines, Departamento do Saône-Loire.
Na impossibilidade de prestar-lhe o auxílio que desesperadamente
me pede, cumpro o dever de submeter o caso a Vossa Excelência.

itz.
/18/VIII/42.

L.M. DE SOUZA DANTAS.

Denúncia sobre o extermínio de judeus na França ocupada.
Telegrama de Luiz Martins de Souza Dantas, da embaixada do Brasil
em Vichy para Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores.
Vichy, 17 de agosto de 1942. Acervo: AHI/RJ; Arqshoah/Leer-USP.

3 Trecho do telegrama de Souza Dantas, da embaixada brasileira em Paris para o MRE. Vichy, 17 de agosto de 1942, Acervo: AHI/RJ; Arqshoah/Leer-USP.

Cinco dias depois, Souza Dantas denunciava a entrega de judeus estrangeiros pela França à Alemanha, especialmente os nacionais dos países sob ocupação militar nazista. Este seu telegrama deve ser avaliado como um dos mais expressivos documentos diplomáticos redigido por um brasileiro acerca do Holocausto, acontecimento de brilho insuportável. Reproduzindo-o com todas as letras, estaremos recuperando detalhes deste fenômeno sem antecedentes na História. Somente quem vivenciou de perto estes tempos de infâmia ou quem sentiu na pele [e no coração] a intolerância nazista, tem condições de escrever como Dantas:

[...] Parte é encurralada em vagões fechados em chumbo, adequados para o transporte de animais. Os homens e as mulheres seguem para rumos diferentes, todos apartados dos filhos, que são deixados ao desamparo. Estão ocorrendo entre as vítimas numerosos suicídios e as cenas mais lancinantes no momento do dilaceramento das famílias. Em vão a Santa Sé, por intermédio do Núncio Apostólico vem agindo junto a êste Govêrno, que protesta submeter-se às exigências alemãs, no próprio interêsse dos israelitas franceses, afim de evitar seja compelido a extraditá-los também, o que, aliás, fará desde que os alemães o queiram. Sei que os Senhores De Monzie, Prefeito de Cahors, Jean Mistler e Des... todos êles membros do Conselho, acabam de demitir-se de suas funções públicas, em sinal de protesto contra as medidas que violam o tradicional direito de asilo e os mais elementares principios da humanidade, deshonrando a França.⁴

Souza Dantas preso pelos nazistas

Ao mesmo tempo em que as investigações sobre os atos “irregulares” de Souza Dantas prosseguiam no Brasil, os nazistas invadiam a Zona Livre, entrando na embaixada brasileira em Vichy em busca de arquivos. O conselheiro Trajano Medeiros do Paço, que vivera em Berlim e falava fluentemente o alemão, informou os militares que todos os papéis haviam sido queimados. Souza Dantas, chamado em sua residência, protestou, alegando que as leis das convenções internacionais estavam sendo violadas pois, na sua embaixada, estavam em

⁴ Telegrama de Souza Dantas, da embaixada brasileira em Vichy para o MRE (em aditamento ao telegrama nº 102). Vichy, 21 de agosto de 1942. Acervo: AHI/RJ; Arqshoah/Leer-USP.

solo brasileiro. Por resistir à invasão, o diplomata brasileiro foi preso e internado com outros colegas em Bad Godesberg (Alemanha), sendo libertado somente em 1944 graças à interferência de Antonio de Oliveira Salazar, de Portugal. Entre os 25 brasileiros permutados com prisioneiros e feridos do Eixo estava todo o pessoal da embaixada do Brasil em Vicky, dentre os quais Souza Dantas.^A

A imprensa portuguesa e brasileira, sem muito alarde, anunciava que, em 16 de abril de 1944, seria realizada a troca de 1.180 súditos e feridos de guerra alemães, bem

A- Entre os 25 brasileiros estavam: Antonio Dias Tavares Bastos, secretário particular do embaixador; Sra. Bastos; Roberto de Castro Brandão, vice-cônsul; Carlos Cardoso; Paulo de B. Carneiro, secretário particular; João Pinto da Silva, ministro; Artur Teixeira de Mesquita, vice-cônsul, e Sra. Mesquita; Luiz Martins de Souza Dantas, embaixador; Trajano Medeiros Paço, conselheiro, e Sra. Paço; Osório Dutra, cônsul, e Sra. Dutra; Orlando Leal, vice-cônsul, e Sra. Leal; Leão, arquivista, e Sra. Leão; Lavi José Teixeira Lima, adido; Pantaleão Machado, adido, e Sra.; Vitor Augusto Shaw, adido; Luciano Turque, adido, Sra. Turque e senhorinha Turque. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1944, p. 2. Acervo: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/093092/per093092_1944_04806.pdf>. Acesso em: 13 out. 2019.

A BORDO DO "GRIPSHOLM"

Regressa ao Brasil o Emb. Souza Dantas

Entre 25 Brasileiros Permutados Com Prisioneiros e Feridos do Eixo — Todo o Pessoal da Nossa Embaixada Em Vichy



cular: João Pinto da Silva, ministro; Artur Teixeira de Mesquita, vice-cônsul e sra. Mesquita; Luiz Martins de Souza Dantas, embaixador; Trajano Medeiros Paço, conselheiro, e senhora Paço; Osório Dutra, cônsul, senhora Dutra; Orlando Leal, vice-cônsul, e senhora; Leão, arquivista; senhora Leão; Lavi José Teixeira Lima, adido; Pantaleão Machado, adido; Vitor Orban, adido; senhora Orban; Augusto Shaw, adido; Luciano Turque, adido, senhora Turque e senhorinha Turque.

Notícia publicada pelo jornal *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1944, p. 2. Acervo: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/093092/per093092_1944_04806.pdf>. Acesso em: 13 out. 2019.

como cerca de 30 funcionários do governo de Vichy, transportados pelo vapor Gripsholm. Nessa mesma época chegariam a Lisboa, por estrada de ferro, 307 cidadãos americanos, inclusive hispano-americanos e brasileiros. A permuta diplomática seria efetuada com o cerimonial usual, sob os auspícios do Ministério das Relações Exteriores de Portugal, com a presença de representantes da Cruz Vermelha.



O embaixador Luiz Martins de Souza Dantas (ao centro, de manto e gravata borboleta) no aeroporto após ter sido trocado por prisioneiros alemães. Apresentando cumprimentos de despedida: Dr. Guilherme Pereira da Rosa (1º plano a partir da esquerda), Souza Dantas, e Dr. Cesário Alvim. Lisboa, 26 de abril de 1944. Fundo do jornal *O Século*. Acervo: Arquivo de Fotografia de Lisboa-CPF/MC.

Souza Dantas faleceu em Paris no dia 14 de abril de 1954. Alguns dias depois, em 29 de abril, a Guarda Republicana saiu em desfile pela Avenida Georges V, bem no centro de Paris, em frente à igreja de São Pedro de Chailot. Assim, o governo francês prestou sua homenagem excepcional e inusitada ao ex-embaixador, gesto singular que foi acompanhado por políticos, intelectuais, jornalistas, artistas e outras tantas pessoas de

prestígio na sociedade francesa. No Brasil, a imprensa apenas registrou seu falecimento, enaltecendo-lhe as qualidades.

Um Justo entre as Nações

Os vistos indeferidos a milhares de judeus pelo governo de Getúlio Vargas devem ser interpretados como um sinal de descomprometimento com a causa judaica que, desde o início da Segunda Guerra Mundial, clamava por soluções imediatas. Quando distante das pressões dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, assim como dos grupos de socorro internacional, o governo Vargas fez valer princípios antissemitas em prol da higienização da raça brasileira. Tanto assim que penalizou (“a bem do serviço público”) aqueles que, na condição de membros da diplomacia brasileira, haviam se disposto a acudir os refugiados judeus, dentre os quais Luiz Martins de Souza Dantas. Neste caso, o povo de Israel tem uma dívida para com o embaixador brasileiro que, desafiando as regras impostas pelas circulares antissemitas, atribuiu vistos a centenas de judeus. Em um dos seus telegramas, Souza Dantas explicou que

se viu obrigado, sem perder um minuto, a assumir funções consulares para, literalmente, salvar vidas humanas, por motivo da maior catástrofe que sofreu até hoje a humanidade. Fiz o que teria feito, com a nobreza d’alma dos brasileiros, o mais frio deles, movido pelos mais elementares sentimentos de piedade cristã.

E referindo-se aos vistos atribuídos aos refugiados judeus, afirmou:

foram todos concedidos somente para facilitar a saída da França de infelizes votados ao suicídio e a poucos, que apenas serviram para chegar até aí, segundo me informou esse Ministério, sem se ter verificado o menor dano ao país.

Diante da aposentadoria forçada de Souza Dantas em 1944, duas palavras se prestam para classificar a atitude do governo Vargas: *omissão* e *inadimplência* para com os direitos humanos e, em especial, para com a questão judaica. Através do processo administrativo instaurado contra o diplomata em 1941 e de outros documentos localizados em seções

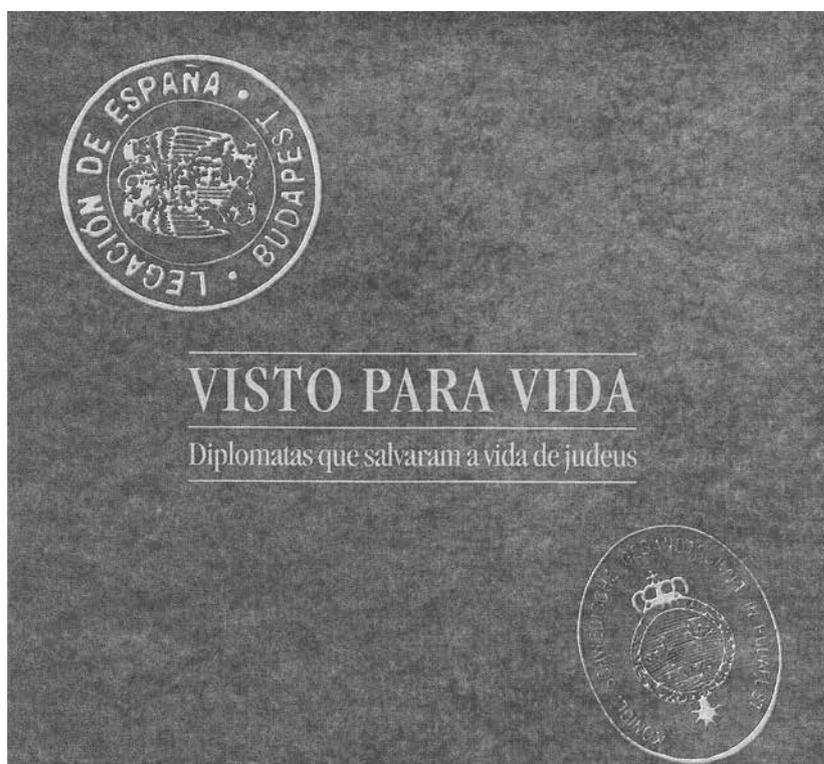
distintas do Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro), temos condições de comprovar o real envolvimento de Souza Dantas com a causa judaica. Ao mesmo tempo, reafirmamos a prática sistemática de um antissemitismo político por parte de autoridades do alto escalão governamental brasileiro que, nos momentos cruciais de execução da Solução Final pelos nazistas, se negaram a conceder vistos aos refugiados por estes serem *judeus*. Felizmente este silêncio foi rompido com a abertura dos arquivos secretos do Itamaraty, possibilitando pesquisas inéditas sobre este período conturbado da história da humanidade.

No entanto, até o ano 2000, ações humanitárias de Luiz Martins de Souza Dantas ainda não haviam sido reconhecidas pelo Yad Vashem, instituição criada em 1953 pelo Parlamento israelense para a rememoração permanente, religiosa e histórica, em memória das vítimas do Holocausto.^A Além disso, firmou-se o compromisso de homenagear e agradecer a todos aqueles não judeus que arriscaram suas vidas para salvar judeus durante o Holocausto, os “Justos entre as Nações”, título que designa uma pessoa de elevada moral, que oferece empatia, compaixão e ajuda a judeus em tempos de grandes dificuldades e perseguições. Essa escolha leva em consideração a atuação excepcional, que exhibe coragem e riscos, implicando perigos relativos à sua segurança, liberdade física, intelectual e profissional.⁵

A- Yad Vashem, também conhecido como Museu do Holocausto de Jerusalém, abriga arquivos e uma biblioteca – a mais importante documentação do mundo sobre o Holocausto, reunindo 50 milhões de páginas de testemunhos, 80 mil livros e 4.500 revistas.

5 A expressão “Justos entre as Nações” (Chasidei Umot HaOlam) foi reproduzida da tradição judaica, identificada na literatura dos Sábios. Segundo a socióloga Helena Lewin, “Há uma série de explicações para o termo, tais como: não judeus que vieram em auxílio do povo judeu em tempos de perigo; em outros casos, o termo é usado para descrever os não judeus que observam os sete princípios básicos estabelecidos na Bíblia, as assim chamadas Leis de Noé – incluindo a proibição de derramamento de sangue. Alguns ainda defendem

Conhecendo os critérios do Yad Vashem, assim como a documentação comprobatória das ações humanitárias do embaixador brasileiro Luiz Martins de Souza Dantas, encaminhei para esta instituição, no ano 2000, cerca de 220 registros pesquisados no Arquivo Histórico do Itamaraty. Com o apoio do cônsul Medad Medina, do consulado-geral de Israel em S. Paulo, solicitei a abertura de um processo com o objetivo de conseguir a outorga do título “Justo entre as Nações” à Souza Dantas.



Convite para o debate e exposição “Visto para a vida – Diplomatas que salvaram a vida de judeus” durante a Segunda Guerra Mundial. Centro Universitário Maria Antonia, Universidade de S. Paulo, 11 de maio de 2001. Acervo: Tucci/SP; Arqshoah/Leer-USP.

que o termo tem ligação com a crença existente no folclore judaico de que, em cada geração, existem trinta e seis homens justos ocultos de cujos méritos depende a existência do mundo; conforme a obra *Dicionário Judaico de Lendas e Tradições*, de autoria de Alan Unterman (1992), esses humildes homens que perambulam no exílio com seus companheiros judeus, trabalhando como artesãos, só se fazem conhecer quando a comunidade está em perigo e, depois de agirem para salvar os judeus da ameaça, retornam ao seu anonimato, impedidos de se revelar aos outros, pois, se o fizerem, morrerão. Seja como for, as autoridades do Yad Vashem tomaram o termo existente e acrescentaram um novo significado a ele: passou a caracterizar como ‘Justos entre as Nações’ aqueles que não só salvaram judeus, mas arriscaram suas vidas ao fazê-lo. Este viria a ser o critério básico para a atribuição do título.” (LEWIN, 2011, p. 20-21)

Antecipando-se ao reconhecimento oficial do Yad Vashem, o consulado-geral de Israel em S. Paulo, a Universidade de S. Paulo e o Centro Universitário Maria Antonia organizaram, em 10 de maio de 2001, o painel de debate “A Ética diplomática em tempos de guerra” do qual participaram: o cônsul Medad Medina, o prof. Dr. Roberto Romano, do Departamento de Filosofia da Unicamp, e eu, profa. Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro, do Departamento de História da FFLCH-USP. Na ocasião foi aberta a exposição “Vistos para a vida – Diplomatas que salvaram a vida de judeus na Segunda Guerra Mundial”, com a participação do reitor prof. Dr. Jacques Marcovitch.

A outorga do título de “Justo entre as Nações” ao embaixador Luiz Martins de Souza Dantas foi anunciada em 11 junho de 2003, após intensa pesquisa complementar junto a renomados historiadores brasileiros e testemunhos de sobreviventes do Holocausto. Ficou assim comprovado que os esforços do embaixador foram fundamentais para salvar centenas de judeus em tempos sombrios. O nome do embaixador passou também a fazer parte do Muro de Honra no Jardim dos Justos, no Yad Vashem. Ficou também comprovado que durante o período em que esteve à frente da embaixada do Brasil em Paris, Souza Dantas manteve uma parceria “silenciosa” com o português Aristides de Sousa Mendes, cônsul-geral de Portugal em Bordeaux. Ambos não mediram esforços para fornecer vistos para a vida aos judeus em fuga, hoje reconhecidos por seus gestos humanitários e heroicos. Este reconhecimento chegou 49 anos depois de sua morte. Souza Dantas faleceu em 1954, aos 78 anos, em Paris, onde voltara a residir.